
REPRESENTAÇÕES

SOCIAIS DA LUSOFONIA

E AS AMBIVALÊNCIAS DA

LÍNGUA PORTUGUESA*

DOI 10.18224/frag.v32i2.12236

ALINE BAZZARELLA MERÇON**, MOISÉS DE LEMOS MARTINS***,
KLEBER JOSÉ DOS SANTOS****

Resumo: ancorado na área dos Estudos Culturais, o presente artigo teve como objetivo principal identificar as Representações Sociais da Lusofonia por estudantes brasileiros e portugueses, regularmente matriculados nas Universidades de Aveiro, Coimbra e Minho (Portugal). Nesse sentido, apresenta-se um recorte de parte da tese de doutorado intitulada: “Lusofonia e Identidade: Representações sociais recíprocas dos universitários brasileiros e portugueses” (2020), expondo, além de fundamentos teóricos, uma abordagem metodológica qualitativa através da análise de conteúdo do grupo focal. O que possibilitou uma reflexão crítica e discussão sobre a língua portuguesa, a interculturalidade, a diversidade e as identidades na era da globalização. Ao mesmo tempo, também foram analisadas as potencialidades e dificuldades de natureza sociocultural que permeiam as inter-relações desses alunos no contexto lusófono.

Palavras-chave: *Lusofonia. Representações sociais. Língua portuguesa. Interculturalidade.*

Ainda pouco explorada, a questão da imigração estudantil (uma forma relativamente nova de imigração) vem trazendo à tona diversas discussões acerca do processo de internacionalização das universidades, em torno dos modos de inserção e adaptação dos estudantes estrangeiros no país de acolhimento. Atualmente, na

* Recebido em: 07.02.2022. Aprovado em: 17.05.2022.

** Doutora em Estudos Culturais pelas Universidades de Aveiro e Minho – Portugal. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro. Membro do grupo de pesquisa GECE (Grupo Gênero e Performance) da Universidade de Aveiro. *E-mail:* alinebmercon@hotmail.com.

*** Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), *E-mail:* moi-seslmartins@gmail.com.

**** Doutor em Estudos Culturais pelas Universidades de Aveiro e Minho – Portugal. Mestre em Teatro/Artes Performativas pela Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa (ESTC).
E-mail: klaasklebertea-tro@gmail.com.

Europa, Portugal é o país que vem se destacando como um dos principais destinos dos imigrantes brasileiros. Tal fenômeno apresenta-se a partir de novas e variadas configurações, sendo impulsionado não somente por fatores relacionados com questões laborais ou melhores condições de vida, como também por motivos de estudo.

Várias pesquisas acerca da imigração de brasileiros para Portugal já foram desenvolvidas, contudo, torna-se ainda necessário evocar outras abordagens, como as representações sociais advindas da experiência da imigração estudantil, que quase sempre são visitadas por questões coloniais e pós-coloniais, sendo fundamental abordar o tema da descolonização do pensamento e, conseqüentemente, da ressignificação do conceito de Lusofonia, que implica o questionamento acerca do que julgamos saber sobre os sujeitos, países e comunidade lusófona (MARTINS, 2015).

Em função desses objetivos, tornou-se necessário também assumir a perspectiva da interculturalidade, voltada para a compreensão efetiva da inclusão social dos denominados grupos minoritários, os quais visam à criação de um ambiente de integração, de aprendizagem mútua, de diálogo e de convivência com as diversidades. Nesse propósito, surgiu a questão de investigação levantada: quais são as representações sociais da Lusofonia e como esse debate pode contribuir para o desenvolvimento e a valorização das relações entre os estudantes brasileiros e portugueses, na construção de um espaço lusófono comum?

Nesse sentido, torna-se necessário compreender o significado das representações sociais, enquanto teoria que sai do plano abstrato e insere-se nos problemas reais percebidos, vividos e construídos no cotidiano dos universitários brasileiros e portugueses em Portugal.

O estudo empírico desenvolveu-se a partir da aplicação de grupos focais, nos quais os resultados foram submetidos à Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; GUERRA, 2006; AMADO, 2014). O grupo focal, como estratégia metodológica qualitativa, é um recurso eficaz, que envolve a partilha de opiniões e ideias, favorece a obtenção de dados por meio do debate em grupo, para além de servir como um método de investigação social comprometido com a abordagem metacientífica compreensivista, ou seja, busca um maior entendimento acerca do processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (VEIGA; GONDIM, 2001).

ESTUDANTES BRASILEIROS EM PORTUGAL

Desde meados do século XX, o desenvolvimento dos meios de comunicação e das indústrias culturais vieram dinamizar a produção de conhecimento sobre o Brasil em Portugal, instalando-se um conjunto de imagens no coletivo português que redimensionaram as representações e estereótipos sobre os imigrantes brasileiros. Dada a expressividade numérica, a questão da imigração brasileira em Portugal foi amplamente abordada pelos meios de comunicação, sendo muitas vezes associada a temáticas negativas relacionadas à questão da criminalidade, à falta de documentação e à prostituição, que acabaram por contribuir para a consolidação de valores e imagens consubstanciadas na relação dicotômica “Nós/Outros” (LISBOA, 2010).

Em contrapartida, as características desse coletivo imigrante têm se modificado ao longo dos últimos anos. A partir de 2010, a imigração de brasileiros para Portugal começou a ser representada por novos padrões, encontrando-se numa outra fase. A atual onda migratória revela que os novos brasileiros não vêm somente em busca de uma melhor vida financeira, mas também à procura de um nível mais elevado de qualificações. Neste momento, estes indivíduos também estão se estabelecendo como estudantes/qualificados (com formação de nível superior), proporcionando uma mudança gradual no perfil do imigrante brasileiro em Portugal.

Segundo complementam Zamberlan *et al.* (2009), ao observar os atuais fluxos migratórios do Brasil para Portugal verifica-se o surgimento de uma nova “vaga” que vem se estabelecendo e transformando os perfis destes imigrantes, sobretudo no que toca ao seu estatuto socioeconômico e nível de qualificações. Logo, quando estudantes, geralmente de nível superior, visam obter em países estrangeiros determinadas qualificações em cursos de longa duração se estabelecem movimentos migratórios que correspondem estadias *a priori* limitadas no tempo, denominados de migrações temporárias (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Sendo assim, é necessário contextualizarmos, de modo sucinto, a questão da mobilidade estudantil internacional no caso do Brasil. No século XIX, a partir da emergência da ciência moderna, a formação de pessoas altamente qualificadas se tornou algo indispensável. Por uma série de razões socioeconômicas, a qualificação de pesquisadores do mundo não é homogênea. Muitos países, como o Brasil, têm buscado formas para qualificar os seus profissionais com a *expertise* instalada em países da Europa e América do Norte, haja vista que oferecer condições necessárias para a qualificação dos seus pesquisadores, tanto em quantidade quanto em qualidade, é proporcionar a capacitação autônoma para o desenvolvimento tecnológico e científico de um país (VELHO, 2001).

Nos últimos anos o Brasil, considerado um país de desenvolvimento tardio, vem tentando superar as dificuldades marcadas no campo da educação. A saber, desde a época colonial as elites brasileiras miravam as Universidades de Coimbra e Lisboa em busca de uma educação superior. Apenas em 1920, timidamente, foi criada no Rio de Janeiro a denominada Universidade do Brasil. Este atraso, à luz das experiências dos países centrais, trouxe graves consequências para o desenvolvimento da educação superior brasileira, refletindo principalmente em sua internacionalização, na qual se percebe uma grande desigualdade no que diz respeito à estrutura física, aos recursos financeiros, ao prestígio dos atores envolvidos e à consolidação e capacidade de internacionalização (LIMA; CONTEL, 2011). O Brasil, entretanto, tem se mobilizado e se esforçado para construir redes de universidades, programas de bolsas para o exterior, mobilidade docente e estudantil entre diferentes países, com o propósito de minimizar tais desigualdades. Neste panorama, Portugal se tornou um dos principais países de acolhimento de estudantes brasileiros.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A LUSOFONIA

Nesse item, principiamos por compreender o conceito de representações, o qual varia em diferentes níveis, tais como: representações de si mesmo, dos intergrupos, dos sociais, do social e das coletivas. Esses diferentes tipos de representações permitem abordar e articular a questão da identidade com relação às posições que os sujeitos ocupam na sociedade e em função das crenças partilhadas em um ambiente social. O conjunto de conhecimentos elaborados e cristalizados pelos indivíduos sobre si mesmo, outrem e outros grupos designam as representações identitárias (DESCHAMPS; MOLINER, 2009). Com efeito, é possível compreender que a partilha de experiências e visões de mundo com outros na sociedade possibilita a construção de representações sociais, já que estas produzem conhecimentos e crenças que exercem papel fundamental e atribuem ao sentimento de identidade seu carácter contínuo.

Nesse sentido, destaca-se a abordagem de Santi e Santi (2008), os quais associam o significado das representações com a cultura e a linguagem. Para estes autores, a linguagem produz sentido, ou seja, as significações só podem ser partilhadas por meio do funcionamento comum da linguagem. O modo como percebemos, pensamos e representamos objetos, sujeitos ou fatos, estrutura e regulamenta as práticas sociais do cotidiano, logo, as linguagens funcionam como sistemas de

representação. Deste modo, ao entender a cultura, com ênfase no significado e no desenvolvimento do senso comum, é possível compreender o exercício das representações.

Pesavento (2003, p. 41) esclarece que as representações sociais também são “portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão”. Com isso, observamos que o conceito de representações sociais é organizado a partir de modelos socioculturais resultantes de um processo de simbolização e de interpretação, que contribuem para a construção das identidades sociais.

Na senda dos estudos pós-coloniais muitos autores interrogam-se sobre a interpretação identitária dos “lusos e os outros”, em que sentimentos, ressentimentos e desentendimentos se misturam em torno de uma realidade híbrida e em construção, a qual a Lusofonia assume.

A Lusofonia passa por uma comunidade que envolve oito países localizados em quatro continentes do globo, constituídos por uma variedade cultural, étnica e de realidades diversas, na qual nem todos falam o português¹, mas que de algum modo relacionam-se com a língua. Com um universo de aproximadamente duzentos e oitenta milhões de falantes, considera-se que o português é a sexta língua mais falada do mundo. O espaço lusófono define-se como uma comunidade alargada que possui o português como língua comum, o qual abraça a população dos seguintes países: Angola, Brasil (em que residem 85% destes falantes), Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Na comunidade lusófona, a ideia de Lusofonia inscreve-se inevitavelmente num contexto de globalização e de relações interculturais, que reúne povos de áreas geo-culturais alargadas, num movimento composto pela miscigenação de etnias, línguas, histórias, memórias e tradições (MARTINS, 2015). Por essa razão, cabe examinar algumas das dificuldades e equívocos que atravessam o conceito de Lusofonia.

A Lusofonia tem sido analisada através de diversas perspectivas, sendo um conceito considerado divergente, amplo e complexo, pois nele estão enraizados componentes culturais, históricos, religiosos e político-linguísticos. Para muitos autores, falar de Lusofonia é como afirmar que Portugal está no centro, não questionando a lógica e as características do pensamento herdado do período colonial. No entanto, o objetivo seria discutir sobre o significado de Lusofonia, a partir da grande heterogeneidade do denominado espaço lusófono, considerando as imensas e diversas assimetrias entre os países falantes da língua portuguesa (CABECINHAS, 2011).

Diante do exposto, vale esclarecer o conceito de “comunidade lusófona”, cuja ideia contempla a unidade do que é comum num espaço simbólico internacional, como: as identidades, interesses, valores, ligações, afinidades linguísticas e culturais dos países de expressão oficial portuguesa. Para alguns autores, o espaço lusófono funciona como uma ferramenta que promove uma certa integração e coesão cultural e, acima de tudo, uma ferramenta que possibilita o diálogo e aproximações em todos os níveis entre os países lusófonos. Enquanto para outros, tal discurso não passa de um mito, sobretudo pelo peso que o passado colonial ainda pode vir a ter no presente dos povos lusófonos, impedindo a sua realização em plenitude (PEREIRA, 2011; MARTINS, 2015). Logo, tal conceito é questionado por se tratar da ideia de uma fonia comum, que exclui aqueles que, neste vasto território, não possuem o português como língua materna, como é o caso de largas faixas da população moçambicana, angolana, timorense etc., sustentando-se que a Lusofonia pode vir a ser uma versão camuflada do colonialismo português (BAPTISTA, 2000).

Por se tratar de grupos humanos antropo-sócio-culturalmente distintos, com uma história de violência, exploração e opressão em comum, a ideia de Lusofonia pode não ser tão pacificamente

aceita, sendo encarada como uma “ferida” e não como a ideia romântica traduzida pelos membros da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Dito isto, percebe-se como o debate acerca desse grande espaço plural pode ser diverso e contraditório, já que a ligação e a missão de solidariedade entre os povos lusófonos é, por vezes, transformada numa tarefa complexa e desafiante.

Para tanto, é necessário observar os efeitos e a influência de imaginários coloniais e pós-coloniais em determinados discursos associados à ideia de Lusofonia, em que muitas das percepções parecem subsistir no universo simbólico que estrutura as representações sociais dos países da comunidade lusófona, principalmente ao dar ênfase e transformar as grandes diversidades étnicas, culturais, naturais e geográficas em características “exotizadas”.

A componente mítica, que ainda modela algumas das percepções sobre o Brasil e a África no imaginário português contemporâneo, caracteriza discursos essencializados assentes em relações de poder (LISBOA, 2010). Logo, o desafio lusófono é assumir a interculturalidade como possibilidade para o reconhecimento e respeito aos sistemas culturais plurais, como uma ferramenta que estimule a reflexão diante da desvalorização e fragmentação dos saberes e culturas tradicionais locais em virtude dos conhecimentos modernos e universais. A consciência desta realidade no contexto lusófono contribui para estabelecer o princípio da liberdade, igualdade e totalidade dos direitos, para além de ser imprescindível no processo de desmistificação e descolonização do imaginário, o qual, por vezes, reforça as representações sociais referente às desigualdades, os preconceitos e os estereótipos.

LUSOFONIA, COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO

Como se sabe, as raízes do colonialismo são profundas e extensas. O mecanismo deste universo, como a manipulação do poder, a violência, o silenciamento do indígena, do negro e das mulheres, para além do fator desacreditador da cultura e da visão pejorativa face ao “outro”, é um problema que, ainda hoje, perdura nos países descolonizados, gerando profundas mazelas em todo cenário mundial. A mentalidade do lucro, da exploração e da supremacia desenfreada conduziu à uma dominação violenta sobre os povos da América, África, Ásia, etc.

Na opinião de Fanon (1997), o mundo colonizado é dividido em compartimentos, sendo habitado por espécies diferentes. O enfoque no arranjo e em sua configuração geográfica permite reorganizar a sociedade descolonizada pelos detentores da hegemonia capitalista.

Castelo (2011) sustenta que a colonização portuguesa, como todas as outras, configurou-se mediante as formas específicas de racismo, originando conflitos e promovendo a discriminação. Para a referida autora, a mestiçagem não deve ser vista como um sintoma de convivência pacífica, cordial e igualitária entre os portugueses e os nativos, pois “as causas da intensa miscigenação ocorrida no Brasil devem ser procuradas no número reduzido de mulheres brancas (razão circunstancial) e não em supostas características morais ou numa visão política superior” (CASTELO, 2011, p. 275). É preciso destacar que os colonizadores portugueses utilizavam-se de métodos violentíssimos, com o apoio da coroa e dos jesuítas, a fim de converter ao catolicismo e introduzir a língua portuguesa aos ameríndios e aos escravos negros.

Contudo, em torno de diferentes debates, observam-se algumas críticas positivas quanto às ideias de lusofonia. Essa ideia não deixa de enfatizar o caráter transnacional, que é inerente ao termo área total. Deste modo, é relevante destacar que, pela primeira vez, o Brasil foi visto como uma nação multi-racial, contrariando o pessimismo daqueles que consideravam a miscigenação brasileira como um obstáculo insuperável ao desenvolvimento do País (CUNHA, 2015).

Nesse sentido, é fundamental pensar na obra de Gilberto Freyre como a ideia inaugural do

multiculturalismo, seguindo um dado temporal, pois faz muita diferença compreender seus escritos em um quadro histórico desenvolvido acerca de uma sociedade dos séculos XVI e XVII, como no caso da obra “*Casa Grande e Senzala*”, ou na segunda metade do século XX, como nos textos que tratam do lusotropicalismo². Nas obras de sua juventude, Freyre concentrou-se nos temas do encontro intercultural, salientando o papel da língua portuguesa como denominador comum da miscigenação.

É exatamente no ponto de encontro do português e do negro que Freyre cria o drama social do Brasil colônia. O ponto problemático é a afirmação simultânea de desigualdade despótica, que a relação escravo/senhor propicia, com intimidade e até, em alguns casos, afetividade e comunicação entre as raças e culturas. Nesse ponto, urge a discussão do que afinal constituiria a especificidade da escravidão brasileira. De onde ela vem, como e porque ela se distinguiria de outras sociedades escravocratas (SOUZA, 2000, p. 76).

Para muitos autores, Gilberto Freyre foi o primeiro teórico a desenvolver, a partir do modelo político unificador da colonização europeia, uma ideia geral acerca do fenômeno do encontro de diferentes etnias e culturas. O sociólogo elaborou um conceito que envolvia os países falantes de língua portuguesa, o que resultou na reflexão sobre o mundo globalizado interligado através dos mares e da História ocidental e mundial (MARTINS, 2004).

Conforme mencionado, a teoria de Freyre sobre o “modo português de estar no mundo” acabou por ser apropriada de acordo com os interesses do regime salazarista ditador do Estado Novo português, quando, na verdade, deveria ser utilizada para promover o multiculturalismo e o culturalismo regionalista com o denominador comum de uma língua como pátria. Para Lemos Martins (2004), o sentido de Lusofonia resulta da raiz lusotropicalista. No entanto, é necessário compreender o real significado da comunidade lusófona e perceber as questões pós-coloniais que envolvem os diferentes países de língua portuguesa, bem como encarar e analisar o conceito de Lusofonia, de forma a valorizar os diversos contributos trazidos pelo encontro dos povos africanos, ameríndios, orientais e europeus, entre outros, para a unidade de sentimento e troca cultural na civilização lusotropical comum.

Os estudos pós-coloniais buscam desvelar estereótipos e prejuízos causados pela complexa teia de similaridades e diversidades coexistentes em uma sociedade. Além disso, têm a função de localizar historicamente as relações de poder e a subalternidade, apontando para a compreensão das realidades contemporâneas mundiais, que são múltiplas e entrecruzadas.

Cantarino (2007) aponta que o pós-colonialismo se refere ao processo de descolonização que marcou, de formas diversas, os países colonizados e os países colonizadores. Esta relação é sustentada por traços e discursos de poder que se constituíram no eixo “dominador/dominado” ou na relação dicotômica “eu/outro”. Portanto, “pensar nessa ambivalência posta pelo encontro colonial implica, assim, em deslocar uma série de noções como centro/periferia, nós/eles, dentro/fora, rompendo com essas oposições binárias para pensar as relações sociais de modo mais complexo, múltiplo e transversal” (CANTARINO, 2007, p. 01).

Nesse sentido, segundo Martins (2004) e Macedo (2015), na era da economia e dos mercados globais, é necessário pensar também no poder das alianças mundiais, na pluralidade e nas diferenças como uma recomposição de um discurso lusófono integrador, a partir de uma abordagem pós-colonialista que não seja radical a ponto de correr o risco de substituir as ideias de dominação do ex-colonizador por ideias de ressentimento do ex-colonizado.

ANÁLISE DE CONTEÚDO E A PRÁTICA DO GRUPO FOCAL

A seguir, cabe pormenorizar a metodologia utilizada neste estudo. A análise de conteúdo é uma técnica que nos permite organizar o discurso dos sujeitos da pesquisa, tornando possível delimitar um conjunto de categorias de significação, codificadas de acordo com os critérios de classificação. Estas categorias permitem a exploração, compreensão, associação e interpretação dos dados e das informações, a partir da sua própria estrutura (BARDIN, 1977; AMADO 2014). Sendo assim, da análise de todo o material coletado, privilegamos a dimensão interpretativa e os significados culturais, procedendo em quatro etapas metodológicas: 1) análise prévia; 2) exploração dos dados; 3) tratamento e interpretação dos dados; 4) discussão dos resultados das análises. Procedendo, num primeiro momento, à leitura preliminar e exaustiva do *corpus* empírico.

O elemento determinante do grupo focal está no processo interativo desenvolvido entre os participantes e o entrevistador. A escolha desta técnica, como estratégia metodológica qualitativa, ocorreu devido ao fato de este recurso envolver a partilha de ideias e pontos de vista, favorecendo a obtenção de dados por meio do debate em grupo, num curto espaço de tempo, podendo ser empregado para analisar determinados aspectos de um dado objeto, contribuindo para a obtenção de uma ampla variedade de dados não facilmente alcançada por outros tipos de técnica de pesquisa (VEIGA, GONDIM, 2001; AMADO, 2014).

Tal debate em grupo teve como objetivo permitir o acesso a conteúdos das representações sociais e, a partir desta análise, salientar a problemática que envolve a questão da Lusofonia na visão dos sujeitos da pesquisa (brasileiros e portugueses das Universidades de Aveiro, Coimbra e Minho).

Para tanto, foram elaborados dois guiões de entrevista³: um para o grupo dos alunos brasileiros e outro para os portugueses, regularmente matriculados e a frequentarem os programas de mestrado e doutorado das Universidades de Aveiro, Coimbra e Minho - Portugal.

Para compor os grupos focais contamos com o apoio das instituições mencionadas, de professores e de alguns estudantes que se dispuseram a convidar outros. Relativamente aos procedimentos adotados, utilizamos a técnica de amostragem por conveniência não probabilística (bola de neve). As sessões foram realizadas no período correspondente ao ano letivo de 2015. A duração das sessões variou entre uma e duas horas e ocorreram dentro das instalações destas universidades e em associações de estudantes.

A formação dos grupos ficou a cargo da acessibilidade e colaboração voluntária dos alunos em cada uma das instituições envolvidas. Ao todo foram realizadas 09 (nove) sessões de grupo focal: três delas tiveram lugar na Universidade de Aveiro, três na Universidade de Coimbra e as três últimas na Universidade do Minho.

Com efeito, pretendeu-se, a partir dos debates em contexto dos diferentes grupos focais, produzir dados para serem submetidos à análise de conteúdo. A partir da interação verbal entre todos os sujeitos integrantes das sessões realizadas, emergiram as representações dos brasileiros e portugueses sobre a Lusofonia em que despontaram as percepções sociais subjetivas socialmente partilhadas, o que constituiu uma base de dados para a análise.

PERCURSO INVESTIGATIVO

O grupo que investigamos, bastante heterogêneo, é representado no total por 64 (sessenta e quatro) sujeitos: estudantes brasileiros (33) e portugueses (31)⁴, pertencentes às Universidades de Aveiro, Coimbra e Minho.

Visando atingir a diversidade no que diz respeito às experiências pessoais e pontos de vista

distintos, buscamos envolver nesta pesquisa sujeitos de gêneros, idades, estados civis, habilitações e áreas de estudo diversos. Sendo assim, o grupo predominantemente foi representado por sujeitos com idades compreendidas entre os 30 e 40 anos, mulheres, solteiras, doutorandos e alunos da área das Ciências Humanas, sendo a maioria sem bolsas de estudo.

Nesse percurso investigativo, ao identificarmos e selecionarmos as questões mais relevantes que surgiram ao longo das sessões de grupo focal sobre o tema da Lusofonia, buscamos analisar as opiniões e debates dos sujeitos brasileiros e portugueses a partir da sistematização do conteúdo dos discursos. A análise, por sua vez, ocorreu através da organização por temas, ou problemas, em que apresentamos um recorte da tese de doutorado em questão, a partir dos quais emergiram as categorias (Representações da Lusofonia para os alunos brasileiros, Representações da Lusofonia para os alunos portugueses), subcategorias e dimensões subjacentes a essas. Deste modo, o quadro

Subcategorias/ Dimensões Categoria	Crítica	Indiferente	Acrítica
Representações da Lusofonia	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento crítico sobre Lusofonia - Acordo ortográfico - Colonialismo - Língua comum - Interculturalidade - Resistência - Cooperação 	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento da população brasileira - Desconhecimento individual - Falta de interesse dos brasileiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento acrítico sobre Lusofonia

seguinte apresenta os resultados com relação aos discursos dos estudantes brasileiros implicados na pesquisa.

Quadro 1: Lusofonia e os universitários brasileiros

Fonte: Merçon (2020).

Ao interpretar o Quadro 1 observa-se que os sujeitos brasileiros implicados na pesquisa possuem algum tipo de conhecimento crítico acerca do conceito de Lusofonia, embora admitam que uma compreensão mais aprofundada sobre o tema ocorreu já com a sua permanência em Portugal. Por isso, os participantes chamam atenção para o desconhecimento da população brasileira face ao significado de Lusofonia.

De acordo com Soares (2003), a questão colonial, “mal-resolvida” até os dias atuais, encontra-se no centro das relações e dos discursos culturais assimétricos de ambos os países, como também refere Lourenço (1999), acerca dos mitos que envolvem a tradicional relação entre lusos e brasileiros. Deste modo, entende-se que as relações luso-brasileiras integram uma invisibilidade mútua, “por excesso (de Portugal em relação ao Brasil) ou por escassez (do Brasil em relação a Portugal)” (SOARES, 2003, p. 219).

Conforme Freixo (2010), os elementos que formam o imaginário histórico-social português não possuem necessariamente a mesma importância para os demais países de língua portuguesa. Logo, o discurso da Lusofonia acaba caindo no vazio para os “não-lusitanos”, uma vez que não

parte de um imaginário coletivo preexistente ou de uma “comunidade de sentido”.

Com efeito, ao analisarmos as relações luso-brasileiras a partir da representação da “ideia da fraternidade”, cuja noção é baseada nas relações familiares, sustentada por uma amizade histórica, observamos alguns equívocos que marcam a distância mais do que física entre os “países irmãos”.

Para Soares (2003), diante de tão enredada “teia de complexos”, não é, portanto, recorrendo a discursos que reforcem esse mito que ambos os países conseguirão estabelecer um efetivo diálogo.

Em um outro ponto de análise, verifica-se também o descontentamento dos sujeitos brasileiros com relação ao Acordo Ortográfico⁵ e as críticas ao colonialismo. Neste sentido, embora tais sujeitos considerem a importância do diálogo intercultural neste contexto, ainda prevalece a resistência quanto ao princípio da Lusofonia, conforme apontam alguns trechos dos seguintes discursos:

Me irrita profundamente quando alguém fala para mim: – Você fala brasileiro! E o Acordo Ortográfico, então, é algo que, para mim, é o piloto das discussões **(estudante brasileira de mestrado da Universidade de Aveiro)**.

Estou falando mesmo dessa reciprocidade verdadeira, que é o que diz o conceito, a partir da língua portuguesa como um tronco comum. Ao partilharmos a língua que haja uma intensa intercambialidade, trocas e aprendizagens mútuas, em horizontalidade, mas essa verticalização ainda não existe na Lusofonia **(estudante brasileira de doutoramento da Universidade de Aveiro)**.

(...) Temos de refletir sobre a questão do próprio colonialismo: o que é, o que foi e o que ele ainda representa. A colonialidade está aí, a colonialidade do poder, a colonialidade do saber, a colonialidade do ser, do corpo, ou seja, está tudo presente **(estudante brasileiro de doutoramento da Universidade de Coimbra)**.

Segundo revelam tais debates, a maioria dos sujeitos brasileiros da pesquisa tratam o tema da Lusofonia a partir da ideia do projeto colonial. Este posicionamento nos remete à perspectiva de Ballestrin (2014), a qual defende que pensar no colonialismo e no imperialismo do século XXI não se trata de um “apelo paranóico terceiro-mundista”. Para a autora, a ideia de continuação das formas coloniais de dominação pode atravessar o que genericamente representa a Lusofonia, pois a partir de uma visão fragmentada acerca dos demais países lusofónos, através da lógica do pensamento abissal ou da subalternidade, pode acontecer que seu significado se mantenha fechado em modelos hegemônicos contemporâneos.

Para fazer uma associação dessas posições com o momento presente, apresenta-se uma reportagem portuguesa do Diário de Notícias, intitulada:

“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’” (2021). (<https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>). Observa-se um trecho:

Dizem grama em vez de relva, autocarro é ônibus, rebuçado é bala, riscas são listras e leite está na geladeira em vez de no frigorífico. Os educadores notam-no sobretudo depois do confinamento - à conta de muitas horas de exposição a conteúdos feitos por youtubers brasileiros. As opiniões de pais, professores e especialistas dividem-se entre a preocupação e os que relativizam, por considerarem tratar-se de uma fase, como aconteceu com as novelas (DN, 2021).

Como é possível notar no conteúdo da reportagem citada, a língua portuguesa, com suas variantes e diferenças, é considerada um tema mais preocupante para os pais e professores portugueses do que o fato de as crianças terem acesso a certos conteúdos e estarem demasiado tempo na internet. Esse assunto então, carregado de relações de poder, acaba por retratar e fazer uma referência atual com a crítica dos nossos sujeitos brasileiros da pesquisa, no sentido de que a língua portuguesa não deveria ser considerada um patrimônio português, já que é partilhada por mais de 250 milhões de falantes, e que, inclusive, passa pela realidade dos movimentos migratórios entre esses mesmos países lusófonos. Assim também é possível refletir sobre o porque de muitos termos do português, bastante utilizados não só pelas crianças, serem substituídos pelo inglês e nunca ter sido um motivo de debate ou de preocupação para os portugueses.

Nessa mesma vertente, nossa pesquisa acaba por demonstrar que na opinião dos sujeitos brasileiros o diálogo intercultural e de cooperação entre os países lusófonos é considerado como um mecanismo que funciona de modo insatisfatório. Para esses participantes, no que se refere à dimensão da língua portuguesa (falada e escrita), o idioma comum também pode surgir, paradoxalmente, como um fator de dificuldade de integração.

De acordo com os dados, falar ou escrever o “português do Brasil” em Portugal tornou-se uma marca identitária, que traz à tona questões de dominação da língua portuguesa. A este respeito, Lourenço (1999) defende que uma língua não pode ser considerada propriedade de ninguém. É necessário reconhecer que a língua portuguesa é um patrimônio cultural de todos os seus falantes, a qual necessita se estabelecer em um ambiente de pluralidade, multilíngue, sem limitações nem preconceitos, em que o direito linguístico seja posto em prática nas suas identidades e sotaques vários.

A partir da interpretação atenta dos discursos dos sujeitos brasileiros, percebemos que as relações de poder existem, mas não se encontram à superfície, pois a ideia de que a cultura dos imigrantes das ex-colônias é “inferior” pode ser interpretada e expressada pela sociedade receptora de modo naturalizado (MACHADO, 2003; GOMES, 2013; CUNHA, 2015).

Tendo isso em conta, cabe questionar acerca de uma ideia que parece estar latente na Lusofonia e que revela questões identitárias, as quais estão ligadas à proteção da matriz cultural portuguesa e a reafirmação dos valores, das tradições, dos modos de vida e do patrimônio imaterial português ou com ele conectado. Como elucida Ventura (2014, p. 493), “a ideia de posse da língua portuguesa enquanto patrimônio imaterial identitário é parte integrante do mito da Lusofonia”.

Tais divergências revelam uma tensão e disputa identitária entre brasileiros e portugueses, em que a diversidade da sua língua comum é entendida como um obstáculo, ao invés de uma partilha de conhecimentos.

Com efeito, os dados mostram que esta distância gramatical e simbólica entre o “português de Portugal” e o “português do Brasil” têm trazido desconfortos e recusas por parte de intelectuais e acadêmicos que, de certo modo, acabam por impedir o uso ampliado e inclusivo da língua portuguesa, acabando também por afetar a corresponsabilidade da comunidade lusófona para com o idioma e para com as práticas e metodologias de trabalho compartilhado, não sendo reconhecida a sua natureza plural como um aspecto enriquecedor.

É necessário ressaltar que a discussão crítica dos participantes brasileiros, em torno do conceito da Lusofonia, desempenha um papel fundamental para se pensar sobre a desconstrução da ideologia de naturalização e conformação das relações sociais de desigualdade e subalternidade no mundo (SANTOS, 2002; BALLESTRIN, 2014). Tal posicionamento é necessário para impedir o processo de “colonização invisível e consentido”, que se manifesta nas instituições do saber, nos aparatos teóricos, na vida cotidiana e social (QUIJANO, 2005). Portanto, ao abordar a questão

da descolonização do pensamento acabamos também por atravessar o processo de ressignificação do conceito de Lusofonia.

Nesse sentido, Silva (2015) alerta para a valorização da diversidade linguística, de modo que este aspecto seja usado como um argumento de importância da variedade e do patrimônio, pois cada língua possui graus de expressividade diferentes. Como complementa Franco (2015), a língua portuguesa enfrentou desafios para sobreviver funcionando como instrumento de encontro, aproximação, diálogo, segregação, guerra e paz. As línguas, em geral, são consideradas armas poderosas, que tanto podem orientar como desfavorecer as diversidades identitárias. Portanto, as línguas estão em constante transformação e são a expressão da rica diversidade da humanidade.

Tendo em conta a multiplicidade e a complexidade das relações entre a comunidade lusófona, podemos inferir que a discussão em face do conceito de Lusofonia e do sentimento de resistência expostos pelos sujeitos brasileiros, constituem, em boa parte, uma crítica aos resquícios do colonialismo e à convocação da liberdade e da diversidade linguística mais do que uma rejeição ao

<p style="text-align: center;">Subcategorias/ Dimensões</p> <p style="text-align: center;">Categoria</p>	Crítica	Indiferente	Acrítica
Representações da Lusofonia	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento crítico sobre Lusofonia - Acordo ortográfico - Colonialismo - Língua comum - Interculturalidade - Cooperação 	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento da população brasileira - Desconhecimento individual - Falta de interesse dos brasileiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento acrítico sobre Lusofonia - Ressentimento dos brasileiros

Acordo Ortográfico em si.

A seguir, no quadro abaixo, apresenta-se as representações da Lusofonia que dizem respeito à visão dos sujeitos portugueses sobre o ideal lusófono.

Quadro 2: Lusofonia e os universitários portugueses
Fonte: Merçon (2020).

De acordo com o Quadro 2 verificamos que a maioria dos sujeitos portugueses possui uma perspectiva crítica acerca do conceito de Lusofonia. Em consonância com a análise anterior, os sujeitos portugueses também percebem o desconhecimento da população brasileira sobre a comunidade lusófona.

A ideia da lusofonia e o investimento na construção de um espaço comunitário articulado em torno de uma identidade linguística e cultural não conseguem empolgar a sociedade brasileira

que, maioritariamente, mantém-se alheia a esta discussão e nem mesmo entre as elites culturais, políticas e intelectuais tais questões têm encontrado muito eco (FREIXO, 2010). Com isso, a “imagem de comunhão” proposta pela CPLP é esvaziada de sentido, revelando que os elementos que compõem o ideal lusófono acabam por formar um imaginário desejado essencialmente pelos portugueses.

Segundo demonstra o quadro acima, verificamos também o descontentamento dos sujeitos portugueses com relação ao Acordo Ortográfico e as críticas ao colonialismo, apesar das questões coloniais terem surgido nas discussões dos sujeitos brasileiros com um maior grau de intensidade. Entretanto, embora ambos os grupos reconheçam a importância do diálogo intercultural neste contexto, criticam o modo insatisfatório no qual decorre a cooperação entre os países lusófonos.

Com relação às posições contrárias ao Acordo Ortográfico, considera-se que nestas resistências há um sentimento, consciente ou inconsciente, de preservação do mito em torno da língua portuguesa e da Lusofonia (MARTINS, 2004; FREIXO, 2010; VENTURA, 2014), no qual “o que se perde, neste sentimento exposto nas resistências portuguesas ao acordo, não é a língua em seu aspecto mais objetivo, e, sim, o mito: a língua portuguesa enquanto divindade linguística que legitima o reino imaginário da Lusofonia” (VENTURA, 2014, p. 500). Conforme a autora, a noção distorcida da imposição do Acordo Ortográfico do Brasil a Portugal revela a ideia de uma perda, uma recusa ressentida e um domínio da língua frente aos demais países que possuem o português como língua oficial.

De acordo com Ventura (2014), todo mito omite uma verdade e, neste quesito, Portugal tem dificuldade em admitir a autonomia cultural e linguística ativamente perseguida pelo Brasil ao longo do século XX. Desde a sua independência, o Brasil buscou encontrar meios de afastamento da sua ex-metrópole para formar uma nação e identidade nacional autenticamente brasileira. Neste contexto, e à medida que o Brasil toma consciência sobre a sua grandiosidade e diversidade, num esforço de auto-afirmação, a língua, apesar de ser a mesma, também se torna um elemento de identidade nacional, afirmando-se com autonomia e afastando-se, de certo modo, da língua mátria portuguesa (LOURENÇO, 1999; MUNIZ, 2009; FREIXO, 2010).

Nesse sentido, os sujeitos portugueses chamam atenção para o sentimento de ressentimento dos brasileiros e a respectiva falta de interesse em compreender o “português de Portugal”, como referido em alguns debates:

(...) As novelas ajudam muito, porque em termos culturais nós temos um pouco daquilo que é uma amostra do Brasil, mas no Brasil isso não acontece. Eu, por exemplo, estive lá e, por vezes, sentia-me mal, porque eu não falo inglês e eu falava e as pessoas diziam: – Olha, traduz o que ele está a dizer (**estudante português de mestrado da Universidade de Aveiro**).

Tivemos um trabalho no Brasil e fizemos um relatório e estava escrito no português de Portugal e o problema é que eles não percebiam nada e tivemos de refazer para o português do Brasil, e isto nos deu uma volta valente! (**estudante português de doutoramento da Universidade de Aveiro**).

Com efeito, a língua portuguesa é de importância central, enquanto elemento principal do ideal lusófono, que deve servir a todos os seus falantes, de modo a traduzir as negociações culturais no atual mundo globalizado, fazendo com que o contato e o aprofundamento das relações entre a comunidade lusófona funcionem como um instrumento de anulação das desigualdades e das relações

de poder, onde se defrontam o colonizador e o colonizado (SANTOS, 2002; VENTURA, 2014).

Segundo Muniz (2009), a história do Brasil e de Portugal é marcada pelo distanciamento recíproco. De acordo com o autor, ainda hoje permanece a negação entre ambos os países, além de um desinteresse e o desconhecimento sócio-históriográfico que desemboca num abismo desestruturador da Lusofonia, persistindo a incompreensão mútua entre Brasil e Portugal. Na sua opinião, a partir do estabelecimento da República (1889), o Brasil praticamente desconsiderou a História Contemporânea de Portugal, silenciando a sua herança com a antiga metrópole, renegando aspectos culturais e prevalecendo o esquecimento. Portugal, por sua vez, tem uma memória e imaginário imenso sobre as colônias, o que acarreta na reelaboração de uma extensa justificativa para o discurso do fundador e de seu imperialismo.

De acordo com Silva (2000), como produto das relações sociais, as identidades e as diferenças articulam-se e podem ser vistas a partir da lógica antagônica, exprimindo relações de poder, que conduzem à separação entre “nós e eles”, em que o grupo privilegiado é sempre visto em primeiro plano e o segundo numa posição de subalternidade, pois quem tem o poder de representar tem também o poder de estabelecer e definir a identidade e a diferença.

Nesse contexto, desde logo, Martins (2015) critica a controversa preservação, através da “escola dos ressentimentos”, das eventuais clivagens entre ex-colonizadores e ex-colonizados, uma vez que a repercussão desses ideais se encontra na contramão dos propósitos da interculturalidade.

Dentro dessa perspectiva, Lourenço (1999) complementa que não é possível pensar na existência de uma comunidade lusófona sem um imaginário e uma mitologia cultural comum e compartilhada. Para o autor, o sentido da Lusofonia deve ser repensado de modo a que não represente uma política neo-colonialista, seja por parte do imperialismo português seja por parte de um novo colonialismo brasileiro, desta vez em sentido inverso.

Logo, é nesse processo complexo e paradoxal, nem sempre consciente, de sinuosidades, resistências e consequentes embates, que uma série de representações da identidade brasileira e portuguesa são constituídas (MACHADO, 2003).

DISCUSSÃO FINAL: LUSOFONIA - NOVAS FORMAS DE REVISITAR O COLONIALISMO?

A partir da interpretação dos resultados, foi possível perceber que mais do que um simples debate em grupo, os discursos dos universitários brasileiros e portugueses manifestam formas diversas de pensar e viver socialmente as relações com o “outro”.

Conforme a análise de conteúdo dos discursos, tanto os sujeitos brasileiros como os portugueses tecem críticas às relações lusófonas, ainda que defendam o princípio da interculturalidade. Para a maioria dos participantes brasileiros, a Lusofonia destaca-se como uma forma de continuação do colonialismo português, conceito que parece ter operacionalidade apenas do lado lusitano. Essa percepção conduz ao desinteresse da população brasileira e ao questionamento e resistência de ambos os grupos, quanto às intenções político-econômicas, à operacionalização, à intercambialidade e à cooperação que norteiam o projeto da Lusofonia. No plano linguístico, apesar dos esforços do ideal lusófono para fazer da proximidade cultural um fator de coesão e integração entre os países de língua portuguesa, a diversidade linguística ainda é um tema que gera discussões, podendo se tornar um entrave na relação entre brasileiros e portugueses.

De acordo com Lourenço (1999), tal realidade revela a relação de distanciamento da língua

portuguesa entre Portugal e Brasil, na qual sobressaem dinâmicas de poder que atravessam o plano histórico-cultural e comunicacional, configurando uma espécie de “não-laço”. Para o referido autor, em todos os domínios, as relações entre Portugal e Brasil constituem um caso “labiríntico” ainda reverberando a situação colonial. À historiografia brasileira, cabe afastar-se da origem portuguesa e recriar continuamente o discurso do passado colonial, de modo que não sinta a necessidade de regressar ou de comunicar com a cultura portuguesa. Enquanto para Portugal, o discurso colonial criou um Brasil quase mítico, que funciona ainda como suporte simbólico dos antigos sonhos imperiais. No plano da comunicação, se uma parte da cultura brasileira, como também o modo de ser dos brasileiros, chega até aos portugueses por meio das telenovelas, dos noticiários e, principalmente, através da música, o mesmo não acontece no Brasil, sobretudo em função da realidade empobrecida e sombria do passado colonial, a qual estabelece um distanciamento cultural e linguístico que repercute e invisibiliza Portugal no Brasil contemporâneo.

Pode-se inferir que a diversidade de usos da língua e as questões identitárias culturais que envolvem a língua portuguesa revelam pontos de discordância e até mesmo disputas, as quais acabam por levantar dúvidas face ao projeto da Lusofonia. No caso português, despontam discursos e atitudes que evidenciam um sentimento de apego à língua portuguesa, enquanto patrimônio cultural nacional. No que se refere ao Brasil, dado ao fato de ser “a única ex-colônia, cuja fonia responde pela quase totalidade dos falantes” (MARTINS, 2015), surge a necessidade do país em se afirmar na comunidade lusófona, sobretudo, através de interesses geopolíticos e econômicos. Neste contexto, não admira que encontremos com frequência discursos hegemônicos em torno da língua portuguesa, desencadeados por relações de poder que causam impasses, desentendimentos e desigualdades. Logo, a diversidade linguística entre Brasil e Portugal conduz a certas dificuldades, as quais têm potencial para comprometer os ideais da Lusofonia.

De acordo com Medeiros (2006), embora a questão linguística seja central na origem da Lusofonia, processos históricos, questões ideológicas, econômicas, políticas e sociais concorrem para dar um tom mais complexo à construção desta comunidade. É necessário recordar que a riqueza da língua portuguesa está na aceitação das suas variantes e na partilha e respeito pelas variantes de todos os países lusófonos, quer na sua versão escrita quer na oral, sublinhando que os diversos sotaques da língua portuguesa necessitam fazer parte desta intercambialidade.

Do mesmo modo, a noção de união lusófona voltada para a semelhança/fraternidade, para alguns dos sujeitos, faz parte de uma relação colonial não completamente resolvida. Por outro lado, para outros, as questões concernentes ao colonialismo português já estão ultrapassadas e vêm sendo superadas através da comunicação, da troca intercultural lusófona e da valorização e expansão mundial da língua portuguesa.

Diante destes resultados, chega-se à conclusão de que o espaço da Lusofonia existe, pois nos comunicamos e intercambiamos em português. Mas para que as trocas culturais aconteçam de forma circular ou horizontal é necessário pensar em uma efetiva ressignificação do conceito de Lusofonia, eliminando as hierarquias e a ideia dos consensos. Desconstruir este modelo, a fim de “refazer o conceito ao avesso”, o qual possa servir como uma proposta ou instrumento de inclusão, reconhecendo as fragilidades e desigualdades deste espaço.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF LUSOPHONY AND THE AMBIVALENCES PORTUGUESE LANGUAGE⁶

Abstract: anchored in the area of Cultural Studies, this article had as main objective to analyze

the social representations of Lusophony by Brazilian and Portuguese students regularly enrolled in the masters or doctorate in the Universities of Aveiro, Coimbra and Minho (Portugal). The results presented are part of the doctoral thesis entitled: “Lusophony and Identity: Reciprocal social representations of Brazilian and Portuguese university students” (2020), exposing, in addition to theoretical foundations, a qualitative methodology through content analysis of the focus group, which enabled a critical reflection and discussion of the Portuguese language, interculturality, diversity and identities in the era of globalization. At the same time, was also analysed the potentialities and difficulties of the socio-cultural nature that permeate the interrelationships of these students in the Lusophone context.

Keywords: *Lusophony. Social representations. Portuguese language. Interculturality.*

Notas

- 1 O português não é a única língua falada em alguns dos países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), como nos países africanos e no Timor Leste, onde também são utilizadas as respectivas línguas maternas, o crioulo e o tétum.
- 2 Essa noção controversa invocou uma reflexão crítica sobre o significado de Lusofonia, o qual implicou voltarmos o olhar para além de uma versão simplista desse conceito ou do sentido estrito do termo, que pode vir a denotar o ponto de vista de um património luso por via da língua portuguesa.
- 3 O guião de entrevista continha questões parecidas, apenas sendo orientado para o público-alvo específico.
- 4 A diferença de dois alunos em comparação com o grupo dos brasileiros não foi considerada relevante para o grupo focal dos portugueses.
- 5 A ortografia da língua portuguesa foi padronizada através do Acordo Ortográfico assinado em 1990. Entretanto, as novas regras entraram oficialmente em vigor no ano de 2009 em Portugal e em 2016 no Brasil.
- 6 Artigo é parte da tese de doutorado, intitulada - “Lusofonia e Identidade: Representações sociais re-cíprocas dos universitários brasileiros e portugueses” (2020), realizada com o apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil).

Referências

- AMADO, João. *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e Democracia. *Revista Estudos Políticos do Núcleo de Estudos em Teoria Política*, v. 5, n 1, p. 191-209, 2014.
- BAPTISTA, Maria M. O Conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: Para Além do Multiculturalismo ‘pós-humanista’. *III Seminário Internacional «Lusografias»*, Universidade de Évora, 2000.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CABECINHAS, Rosa. *Narrativas identitárias e memória social: estudos comparativos em contexto lusófono*. Universidade do Minho, 2011.
- CANTARINO, Carolina. Ficção Pós-Colonial retrata conflitos Contemporâneos. *Ciência e Cultura*, v. 59, n. 2, 2007.
- CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *História Lusófona*, VI, 2011. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=17451>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- CUNHA, Luis. Liminaridade e descentramento: identidades lusófonas e suas narrativas. In: MARTINS, M. d. L. (ed.). *Lusofonia e Interculturalidade: promessa e travessia*. Famalicão: Edições Húmus, 2015. p. 113-127.

- DESCHAMPS, Jean-C., MOLINER, Pascal. *A Identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais* (L. M. E. Orth, Trans.). Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. LUZ, Paula S. Há crianças portuguesas que só falam “brasileiro”. 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>. Acesso em: 05 dez. 2021.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra* (J. L. d. Melo, Trans. V. 2). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.
- FRANCO, José. E. A Lusofonia e Globalização: A possibilidade de refazer utopias. In: MARTINS, M. d. L. (ed.). *Lusofonia e Interculturalidade promessa e travessia* (pp. 313). Famalicão: Edições Húmus, 2015. p. 313.
- FREIXO, Adriano. As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da ideia da lusofonia. *Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade*, p. 65, 2010.
- GOMES, Mariana. S. O Imaginário Social "Mulher Brasileira" em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n 4, p. 867-900, 2013.
- GUERRA, Isabel. C. *Pesquisa qualitativa e análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncípa editora, 2006.
- LIMA, Manolita C.; CONTEL, Fábio, B. *Internacionalização da Educação Superior: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2011.
- LISBOA, Wellington T. *Fluxos transatlânticos e identidade: a imigração brasileira em Portugal e o imaginário português sobre o Brasil*. Paper presented at the XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, Caxambú, 2010.
- LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MACEDO, Lurdes. Da necessidade de desconstrução do “equivoco lusocêntrico”. In: MARTINS, M. d. L. (ed.). *Lusofonia e Interculturalidade promessa e travessia*. Famalicão: Edições Húmus, 2015. p. 153.
- MACHADO, Igor J. d. R. *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.
- MARTINS, Moises d. L. Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. *X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa - Lusofonia*, São Paulo, 2004.
- MARTINS, Moises d. L. *Lusofonia e Interculturalidade promessa e travessia*. Famalicão: Edições Húmus, 2015.
- MEDEIROS, Paula C. P. Lusofonia: discursos e representações. *Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*, n. 1, 2006.
- MERÇON, Aline. B. *Lusofonia e Identidade: Representações sociais recíprocas dos universitários brasileiros e portugueses*. Tese (Doutorado) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2020.
- MUNIZ, Túlio d. S. As impossibilidades da “lusofonia” e as narrativas acerca do “outro e do “eu” entre Brasil e Portugal. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, 2009.
- PEREIRA, Sandra M. de J. *A dimensão cultural da lusofonia como factor de relevância económica*. Tese (Doutorado) - Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos, Lisboa, 2011.
- PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: CLACSO (ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- ROCHA-TRINDADE, Maria B. *Sociologia das Migrações.* Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- SANTI, Heloíse C.; SANTI, Vilso, J. C. Stuart Hall e o trabalho das representações. *Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação*, ed. 1, 2008.
- SANTOS, Boaventura d. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, 2002.
- SILVA, Tomaz T. d. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, T. T. (ed.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, 2000. p. 73-102.
- SILVA, Juremir M. d. Língua e imaginário: uma questão de comunicação. *In: SILVA, T. T. (Ed.), Lusofonia e Interculturalidade promessa e travessia*, 2015. p. 295.
- SOARES, M. de Lourdes. Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil-Portugal. *Revista Letras*, n. 59, p. 215-223, 2003.
- SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social*, v.1, n. 12, p. 69-100, 2000.
- VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, n. 2, p. 1-15, 2001.
- VELHO, Léa. Formação de Doutores no País e no Exterior: Estratégias Alternativas ou Complementares? v. 44, 2001.
- VENTURA, Anne. Minha língua, sua pátria: Breve reflexão sobre os impactos do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no mito da Lusofonia. *In: BAPTISTA, M. M.; FRANCO, J. E.; CIESZYNSKA, B. (ed.). Europa das Nacionalidades - Imaginários, identidades e metamorfoses políticas*, 2014. p. 493-504.
- ZAMBERLAM, Jurandir; CORSO, G.; BOCCHI, L.; FILIPPIN, J.; KULKAMP, W. *Estudantes internacionais no processo globalizador e na internacionalização do ensino superior.* Porto Alegre: Solidus, 2009.